

# A SUBJETIVIDADE DO LOBISOMEN (*SÃO BERNARDO*)

ANA PAULA PACHECO

Universidade de São Paulo

## Resumo

O ensaio concentra-se na análise da trajetória social de Paulo Honório, narrador-protagonista de *São Bernardo*, e busca interpretar o sentido da conjunção entre lirismo, dinheiro e melancolia no livro.

## Abstract

*This essay focuses on the analysis of the social course of the narrator-protagonist of São Bernardo, seeking to grasp the sense of the conjunction between lyricism, money and melancholy in the book.*

## Palavras-chave

Graciliano Ramos; *São Bernardo*; forma literária e processo social brasileiro; patriarcalismo tradicionalista e modernização atrasada; mito e história.

## Keywords

*Graciliano Ramos; São Bernardo; literary form and Brazilian social process; traditional patriarchy and peripheral modernization; myth and History.*

“Aí vindes outra vez, inquietas sombras...”  
(*Fausto*, apud *D. Casmurro*, cap. II.)

“Afirmei a mim mesmo que matá-la era ação justa. Para que deixar viva mulher tão cheia de culpa? Quando ela morresse, eu lhe perdoaria os defeitos.”  
(*São Bernardo*, p. 162.)

**S**ão *Bernardo* [1934], de Graciliano Ramos, segue o melhor caminho do romance desde Machado de Assis, aquele que apresenta ao leitor, por meio de narradores postos em situação, retratos de nossas elites em diferentes momentos. O retrato, nesses casos, tem sentido antiburguês – o contrário da tradição das artes plásticas na qual se estabeleceu como gênero que dá lastro cultural à classe rica – e investiga, criticamente, os nexos sociais da vida do país. Está claro, sob pena de o adjetivo “machadiano” já não remeter senão obliquamente a seu autor, que o realismo do nosso maior ficcionista diz respeito à realidade.<sup>1</sup> No amplo leque das configurações autorais nesse sentido, acompanhamos entre outras coisas a adaptação das elites, ou sua não adaptação agônico-gozosa, aos ciclos históricos do capital. Por exemplo: nas *Memórias póstumas*, Brás Cubas, liberal escravocrata, se mantém como dominante a despeito, quem sabe, da própria morte; em *Quincas Borba*, Sofia e Palha despontam como nova elite, apta a lidar com apólices e bancos; em *Dom Casmurro*, Bento Santiago, preso às sombras de um passado glorioso, não dá continuidade ao patrimônio construído pelo fazendeiro-deputado, mas exerce até o fim sua supremacia ruínosa com requintes tanto mais perversos quando se trata do sexo oposto; no *Memorial de Aires*, Fidélia, “fazendeira da cidade”, doa a propriedade rural aos escravos alforriados, livrando-se a um só tempo do capital empadado na terra e da obrigação de pagar salário aos novos homens livres.

O que significa retomar o caminho machadiano, não só nos procedimentos narrativos (nas técnicas), mas no sentido profundo, de forma?

Num momento de consolidação do capitalismo industrial no Brasil, Graciliano Ramos dá voz a um fazendeiro que não pertence à tradicional família brasileira

<sup>1</sup> Ver os ensaios de Roberto Schwarz, em especial, *Ao vencedor as batatas* (São Paulo, Duas Cidades, 1977), *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis* (São Paulo, Duas Cidades, 1990) e *Dois meninas* (São Paulo, Companhia das Letras, 1997).

e que – em princípio – imagináramos não integrar seus mecanismos de poder. Por hipótese, a narrativa cujo ponto de fuga é a decadência de Paulo Honório e de sua propriedade traria sobre um velho tema da nossa literatura um novo ângulo de classe, ao que tudo indica, correspondente a um dinamismo social novo.

Os melhores ensaios sobre *São Bernardo* viram no narrador-personagem desse romance um caráter maciço. Segundo Antonio Candido, “como um herói de Balzac, Paulo Honório corporifica uma paixão [o sentimento de propriedade], de que tudo mais, até o ciúme, não passa de variante”. A estrutura psicológica aparentemente simples da personagem resulta, entretanto, em uma configuração complexa, regida por dois movimentos: “um, a violência do protagonista contra homens e coisas; outro, a violência contra ele próprio”. Os resultados dessa duplicidade são definidos do seguinte modo: “voltada para fora [a violência] é vontade e constrói destruindo [...] voltada para dentro, [...] é dissolução, e destrói construindo”.<sup>2</sup> João Luiz Lafetá deu continuidade ao ensaio (destacadamente, ao primeiro dos dois movimentos), buscando no ritmo da narrativa o caráter particular da paixão corporificada por Paulo Honório, que passa a ser algo mais do que paixão: para o crítico, a personagem encarna, em alto grau, as três características centrais da burguesia, “ação transformadora, velocidade enérgica, posse total”.<sup>3</sup> Também Carlos Nelson Coutinho, num ensaio hoje mais datado, vira na primeira metade do livro a “construção de um burguês”.<sup>4</sup> Para Lafetá, Paulo Honório representa a “força modernizadora que atualiza de forma devastante o universo de São Bernardo”; uma espécie de alegoria da “burguesia como classe”, “emblema do capitalismo nascente em nosso país”, na figura do dínamo que gera energia e arrebatou tudo.<sup>5</sup> Nessa direção, mostra serem as relações entre o proprietário e o mundo determinadas pelo fetichismo da mercadoria: “Todo valor se transforma – ilusoriamente – em valor de troca. E toda relação humana se transforma – destruidoramente – numa relação entre coisas, entre possuído e possuidor”.<sup>6</sup> No momento

<sup>2</sup> Cf. Antonio Candido, “Ficção e confissão”, in *Ficção e confissão – ensaios sobre Graciliano Ramos*, 3. ed. revista, São Paulo, Ouro sobre Azul, 2006, p. 17-99. As passagens citadas encontram-se às p. 38 e 42, respectivamente.

<sup>3</sup> Cf. João Luiz Lafetá, “O mundo à revelia”, in *A dimensão da noite*, São Paulo, Editora 34, 2005, p. 72–102. A citação encontra-se à p. 81.

<sup>4</sup> Cf. Carlos Nelson Coutinho, “Graciliano Ramos”, in *Cultura e sociedade no Brasil*, Rio de Janeiro, DP&A editora, 2000, p. 157-217.

<sup>5</sup> Cf. João Luiz Lafetá, “O mundo à revelia”, op. cit. Ambas as citações encontram-se à p. 88. É certo que quando Lafetá fala em “capitalismo nascente” está se referindo a uma nova etapa do capitalismo, uma vez que a escravidão também fora um negócio do capital. Trata-se talvez de ressaltar que o vínculo colonial, heteronômico, não permitia a formação do empresário capitalista nacional; tal vínculo, como sabido, se estendeu no tempo uma vez que as estruturas coloniais de produção e dominação mantiveram-se durante o século XIX, ao lado das formas de poder exigidas pela ordem legal do país soberano. Cf. Florestan Fernandes, *A revolução burguesa no Brasil*, 3. ed., Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1981; e Paulo Arantes, *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira*, São Paulo, Paz & Terra, 1992.

<sup>6</sup> João Luiz Lafetá, “O mundo à revelia”, op. cit., p. 89. Carlos Nelson Coutinho foi o primeiro a apontar o caráter reificado do protagonista, no ensaio de 1965. Luiz Costa Lima retomou a observação,

em que Madalena se recusa a participar do “jogo da reificação”, ela se torna um obstáculo à linha reta antes delineada e cria uma fissura na subjetividade monolítica. O ciúme “emperra o dínamo”; também o ritmo da narrativa passa a ser outro. A fazenda entra em franca decadência. O suicídio da mulher “desmascara a falsidade do sentido e problematiza tudo”.<sup>7</sup> Por outra, o crítico parece sugerir que tal perda tem um alcance reumanizador, muito embora o romance se feche, segundo ele, com a “vitória da reificação”. São pontos a discutir, voltaremos adiante a eles.

As componentes arcaicas que também compõem a força dessa personagem, em dia com o ritmo desigual e combinado da modernização brasileira, não passaram despercebidas na leitura de Lafetá. Entretanto a metáfora do dínamo, central à interpretação do crítico – e que procura apreender, no capitalista moderno Paulo Honório, a redução estrutural de novas formas sociais coetâneas do desenvolvimento econômico nacional –, talvez não seja suficiente para indicar o papel das formas arcaicas que subsistem *qualificando* esse processo modernizador na periferia (e trazendo à tona seu teor violento em toda parte). De resto, o percurso social específico de Paulo Honório altera bastante o perfil mais abrangente, identificado como o do burguês ou o da “burguesia como classe”. Até porque, como sabia o crítico, essa configuração nítida de classe não corresponde inteiramente nem à sociedade brasileira nem à representação que o romance de Graciliano dá a um proprietário que “fez a si mesmo”<sup>8</sup> reunindo o pior de dois mundos, o do patriarcalismo tradicionalista e o da modernização atrasada. Por outra, se Paulo Honório é o burguês, ainda caberia perguntar pelas especificidades da sua mimese, ou antes, por suas mediações históricas. *De que modo* o escritor representa, se representa, a forma-mercadoria (a generalização da mercadoria, no país industrializado, que passa a pautar todos os âmbitos das relações sociais) e o burguês em sua dimensão local?

Como se sabe, a acumulação como eixo compositivo surgiu no romance brasileiro com *O cortiço* [1890].<sup>9</sup> A habitação coletiva, cuja matriz real era o cortiço de Botafogo, esboça “um Brasil em miniatura”, onde brancos, negros e mulatos são explorados pelo português ganhador de dinheiro, “que manobrava tantos cordéis de ascensão social e econômica nas cidades”.<sup>10</sup> A coexistência dos “tipos raciais”

estendendo-a, em 1966. Foi Lafetá, entretanto, quem mostrou como o ritmo do livro é constituído pela coisificação: desde a objetividade do estilo, ao andamento narrativo, à relação entre Paulo Honório e as personagens etc. Cf. Carlos Nelson Coutinho, “Graciliano Ramos”, *op. cit.*; e Luiz Costa Lima, “A reificação de Paulo Honório”, in *Por que literatura*, Petrópolis, Vozes, 1966.

<sup>7</sup> João Luiz Lafetá, “O mundo à revelia”, *op. cit.*, p. 99.

<sup>8</sup> Como espero mostrar na análise do livro, trata-se do contrário do sujeito autônomo, suposto pelo processo europeu de luta pela universalização dos direitos.

<sup>9</sup> Cf. Antonio Candido, “Duas vezes a passagem do dois ao três”, in Vinícius Dantas (org.) *Textos de intervenção*, São Paulo, Duas cidades, Editora 34, 2002, p. 51-76; e *Idem*, “De cortiço a cortiço”, in *O discurso e a cidade*, São Paulo, Duas cidades, 1993, p. 123-152.

<sup>10</sup> As expressões entre aspas são de Antonio Candido no ensaio “De cortiço a cortiço” (*op. cit.*, p.137 e 138). Para a alteração populacional no Rio de Janeiro a partir do fim do tráfico negreiro e da entrada maciça de imigrantes portugueses, ver Luiz Felipe de Alencastro, “Proletários e escravos”, *Novos Estudos – Cebrap*, São Paulo, n. 21, p. 30-56, julho de 1988.

deixa entretanto latente, a despeito da ideologia cientificista e patriótica, a percepção mais profunda de formas sociais brasileiras, conforme mostra a análise de Antonio Candido. É possível perceber em *O cortiço*, embora seu autor não tenha se concentrado no que está por trás das aparências (“raciais”), a coexistência de explorador e explorado, o capitalista próximo do trabalhador, verossímil num país em que a especialização se deu lentamente e de maneira incompleta. A acumulação “assume para o romancista a forma odiosa da exploração do nacional pelo estrangeiro. Tanto é assim que n’*O cortiço* há pouco sentimento de injustiça social e nenhum de exploração de classe...”.<sup>11</sup> Ainda assim, o romance deixa entrever (encobrendo) que na verdade estão em presença o explorador capitalista, o trabalhador reduzido a escravo, o homem alienado, rebaixado a animal. O dinheiro surge como mola central do enredo, envolvendo a exploração brutal do trabalho, da renda imobiliária arrancada ao pobre, da usura e do roubo. No quadro urbano, o imigrante português desponta como aquele que pode ascender socialmente, porque sabe (“naturalmente”) explorar brancos pobres e negros. A ideologia remete, contudo, a dados concretos do país pós-Abolição: por tendência xenofóbica, o romance se concentra no imigrante português, que era, naquele quadro, o indivíduo das camadas médias com mais chance de subir socialmente, uma vez que não tinha sido formado no ambiente da colônia escravocrata e, por isso, não identificava trabalho a degradação social, como o fizeram durante muito tempo (com consequências assimétricas) as elites brasileiras, o homem livre que não queria se confundir ao escravo e, adiante, as camadas médias descendentes das oligarquias falidas.

Embora se trate de dois romances muito diversos, a linha de continuidade entre *São Bernardo* e *O cortiço* – no sentido da representação ficcional do desenvolvimento histórico-econômico da acumulação em nosso país, em particular, da formação da riqueza individual – faz ver melhor, na obra de Graciliano, a unidade entre os chamados “universo rural” e “universo urbano”. Já no romance de Aluísio de Azevedo, como lembra Antonio Candido, o cortiço, estendendo-se horizontalmente, lembra a senzala; entretanto, as formas de exploração ficam encobertas pelo ponto de vista do escritor. O romance de Graciliano, ao representar o capital como nexos das relações econômicas e sociais, especialmente as formas primitivas de acumulação *integradas* ao grande capital industrial, desfaz a base da ideologia dos “dois brasis” vigente à época em que foi publicado.<sup>12</sup> Assim como toma distância de seu correlato literário, o regionalismo, entendido em sentido ideológico.<sup>13</sup> Isto é, o país que o pensamento brasileiro via como “dois brasis” – um tradicional

<sup>11</sup> Antonio Candido, “De cortiço a cortiço”, *op. cit.*, p. 131.

<sup>12</sup> Para as várias teorias do Brasil dualista, e também para a “dualidade sem dualismo”, ver Paulo Arantes, *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira*, *op. cit.*

<sup>13</sup> Ainda dentro da tradição regionalista, veja-se no conto “Força escondida”, de Valdomiro Silveira, o retrato do homem do campo em sentido anti-ideológico, a saber, não como ignaro a quem a civilização teria o dever de desasnar, nem como fonte de pureza e sabedoria intocadas pelos males modernos, mas sim como homem reificado. O conto foi escrito por Valdomiro entre 1895 e 1906; só saiu em livro em 1945. Valdomiro Silveira, *Leréias*, São Paulo, Martins Fontes, 2007.

e pré-capitalista, outro moderno, burguês; um oligárquico, outro aberto à integração das massas marginalizadas – está presente em *São Bernardo* como um único Brasil, cujo emblema (regional) é o proprietário de terras que, aliando investimentos modernos no campo a formas de exploração e de dominação tradicionais, compõe com os interesses do grande capital, àquela altura ligado à indústria. A expectativa de uma abertura democratizante, lançada pelo crescimento dessa (um horizonte que dava o tom otimista a vários depoimentos de intelectuais nos anos 1920<sup>14</sup>), ganha uma espécie de formalização a contrapelo em *São Bernardo*. Seu narrador abre o livro falando em “divisão do trabalho”, mas não leva mais que um capítulo para expor as razões de sua inoperância por essas bandas. É certo que ele se refere ao trabalho intelectual (à escrita do livro), mas na boca de quem está o jargão faz pensar nas práticas diárias do proprietário para quem o fastio com a organização moderna do trabalho, que “acanalharia o troço”, certamente não significa aposta num trabalho vivo, mas permanência do caráter ilimitado das tarefas dos trabalhadores e continuidade do mando.<sup>15</sup> Duas páginas depois, gabando-se de não ter parentes, confessa não suportar os pobres, ou os pobres próximos, “que escorregam com uma sem-vergonheza da peste na intimidade dos que vão trepando”.<sup>16</sup> Mais duas páginas e somos instruídos sobre as possibilidades de “crescer” num contexto de brutalidades estabelecidas. Mais algumas páginas e a propriedade alcançou pleno viço, a produção se diversificou e floresceu – com sangue dos outros, maquinário de ponta e mão de obra barata. Mais alguns capítulos e já não causa surpresa vê-lo espancando um empregado da fazenda, o mesmo a quem tentara provar pouco antes que o explorado era ele, por dar salário a força de trabalho tão desqualificada.<sup>17</sup>

A tenebrosa mentalidade do mando rural, por um lado, e a sanha do dinheiro moderno, por outro, concorrem igualmente para a formação do *éthos* do novo dono, compondo uma mímica ideológica tão heteróclita quanto contemporânea naqueles anos 1920-1930. Essa mímica, bem como a incorporação de uma ampla gama de práticas sociais violentas, aprendida aos de cima, são temas centrais do livro, cujo andamento interpreta o sentido profundo das oportunidades abertas por

<sup>14</sup> Cf. Edgar Cavalheiro (org.) *Testamento de uma geração*. Porto Alegre, Globo, 1944.

<sup>15</sup> A ideia de que o pensamento se faz em várias cabeças vem em chave paródico-acanalhada e ganha uma especificidade a interpretar: o narrador fala em especialização do trabalho, em dia com um imperativo democrático que mandava superar o atraso brasileiro com relação ao modelo moderno (nominal) das relações entre iguais, segundo o qual o trabalho teria um lugar objetivo, possibilitado pela constituição da forma-mercadoria. Em perspectiva histórica, o atraso brasileiro quanto à especialização do trabalho explica-se em parte pelo trabalho escravo, destinado a executar diversas tarefas não especializadas, e também pela situação do homem livre pobre, destinado a fazer o que sobrasse das tarefas dos escravos e a penhorar-se no favor.

<sup>16</sup> Graciliano Ramos, *São Bernardo*, 63. ed., Rio de Janeiro, Record, 1995, p. 11.

<sup>17</sup> “À noite reuni Marciano e Padilha na sala de jantar, berrei um sermão comprido para demonstrar que era eu que trabalhava para eles. Mas atrapalhei-me e contentei-me com injuriá-los: – Mal-agradecidos, estúpidos. [...] Dei-lhes conselhos. Encontrando macieza, Luís Padilha quis discutir; tornei a zangar-me, e ele se convenceu de que não tinha razão” (Graciliano Ramos, *São Bernardo*, *op. cit.*, p. 59-60).

aquele novo período histórico. Antes de ser proprietário, Paulo Honório fazia parte do setor da sociedade brasileira deixado ao deus-dará do bom coração (mãe Margarida e seu Ribeiro), do trabalho informal o mais degradante (no eito), da dependência dos ricos. Todavia – e sem que se trate da figura do imigrante, para quem, no país pós-Abolição, a ascensão era possível – Paulo Honório vai ao topo. Embora no presente do discurso fale o dono, já em avançada decadência, a trajetória social do protagonista de *São Bernardo* também é em tudo diversa da posição de família herdada pelos protagonistas dos romances maduros de Machado de Assis. Na sua escalada, a ordem social competitiva aparece sim como promessa, sustentada pelo imaginário dos anos que antecedem a Revolução de 30, mas uma promessa invertida, pois se realiza de modo sombrio naquele que consegue – traindo a cada passo sua origem e negando ponto por ponto a ideia mesma de democracia – “colocar-se acima de sua classe”.<sup>18</sup>

Abandonado por pai e mãe desde o nascimento, criado por um cego e uma doceira pobre, Paulo Honório é um “iniciador de família”,<sup>19</sup> figura de exceção na elite rural brasileira, cuja posição hierárquica via de regra se manteve por sucessão familiar. Como lembramos, é por seus próprios meios que o ex-trabalhador de São Bernardo será respeitado como proprietário. Nesse sentido, o livro de Graciliano estuda, em contexto, os significados da ascensão pelo mérito, que as condições locais trataram de perverter, negando-lhes inclusive o estatuto de falsa verdade. Até os dezoito anos Paulo Honório trabalhou no eito, ganhando “cinco tostões por doze horas de serviço”.<sup>20</sup> Depois de passar quase quatro anos na prisão por bater numa mulher e esfaquear um homem, decide ganhar dinheiro. Pena com o trabalho informal, fazendo comércio miúdo e itinerante, passando sede e fome, “viajando pelo sertão, negociando com redes, gado, imagens, rosários, miudezas, ganhando aqui, perdendo ali, marchando no fiado, assinando letras, realizando operações embrulhadíssimas”.<sup>21</sup> Desde logo, aprende com os mais abastados: se um mais forte não quer pagar pelo que comprou, Paulo Honório junta alguns homens e pega o devedor numa tocaia.<sup>22</sup> Quando se muda para Viçosa, o aprendizado completa-se com Pereira, agiota e chefe político que lhe faz empréstimos a juros altos, para depois tirar-lhe “músculo e nervo”. Mais tarde, é ele quem empresta dinheiro ao agiota, o qual hipoteca a propriedade como garantia da dívida. Não demora até que Paulo Honório tome tudo do Pereira, deixando-o “de tanga”.<sup>23</sup>

A formação pessoal violenta é socialmente “vencedora”. A propósito, são os corotes em Germana e o esfaqueamento do rival, João Fagundes, os seus primeiros

<sup>18</sup> “Coloquei-me acima da minha classe, creio que me elevei bastante” (*Idem, ibidem*, p. 186).

<sup>19</sup> *Idem, ibidem*, p. 11.

<sup>20</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>21</sup> *Idem, ibidem*, p. 12.

<sup>22</sup> “– Que justiça! Não há justiça nem há religião. O que há é que o senhor vai espichar aqui trinta contos e mais juros de seis meses. Ou paga ou eu mando sangrá-lo devagarinho” (*Idem, ibidem*, p. 13).

<sup>23</sup> *Idem, ibidem*, p. 12.



atos *dignos de nota*, como os registra Paulo Honório. O que vemos depois é a carreira de um indivíduo que consegue ascender pela fraude, pela usura, pelo avanço da cerca, pelo assassinato. Num crescendo, enquanto aumenta seu poderio econômico antes nulo, Paulo Honório prepara a ruína de Luís Padilha, herdeiro desfiado, emprestando-lhe dinheiro alto (para investir em agricultura, em tipografia, em jogo), em troca da hipoteca de São Bernardo; consegue a fazenda; briga com o vizinho, Mendonça, por causa da cerca no limite das propriedades; temendo seus cabras, desiste de brigar com o velho e manda matá-lo na estrada, avançando por fim a cerca para além de seus direitos; em seguida, invade a terra do Fidélis, vizinho paraplético de um braço, e a dos Gama, outros vizinhos, enquanto estão no Recife estudando direito. Violências miúdas, como diz, que passaram despercebidas; questões mais sérias seriam resolvidas no fórum graças à astúcia do advogado, João Nogueira.

Para reerguer a fazenda (esbagaçada pelo Padilha pai, a fim de financiar os estudos do herdeiro Padilha), faz empréstimos, expande os negócios, importa máquinas, investe em pomicultura e avicultura, planta algodão e mamona, cria gado limosino e – a fim de levar por conta própria seus produtos ao mercado – constrói uma estrada de rodagem. Orgulhoso, o amigo Azevedo Gondim compõe dois artigos sobre a estrada, chama de patriota o amigo, cita Ford e Delmiro Gouveia. Já Costa Brito, jornalista da *Gazeta*, elogia-o, como ao chefe político local, sob propina de cem mil-réis. Não há dúvida de que Paulo Honório sabe fazer negócio, na velocidade dos automóveis, adaptando-se às exigências do mercado – a diversificação dos produtos na fazenda, o maquinário, a distribuição –, assim como sabe que é preciso pagar pela alma do negócio, seja com a propina ao Costa Brito, seja com a escola, feita para agradar o governador e conseguir favores. Para não ter problemas nem com a lentidão do Estado por aquelas bandas nem com as transações ilícitas, Paulo Honório faz “obra pública sem cobrar impostos”.

Está claro que a escalada social envolve uma combinação à brasileira entre brutalidade física, sistema financeiro (bancos, empréstimos), política local, agiotagem e roubo, meios igualmente válidos para ampliar as terras. Culmina na formação do empresário capitalista do campo, que talvez pelo fato de não ter herdado o patrimônio tem vocação para empreendedor. Como vimos, para reerguer a fazenda Paulo Honório não só faz uso de tecnologia de ponta, associada a trabalho quase servil, como, antes de tudo, usa-a contra os “desfiados”, que “estacionaram no tempo”, dominando-os, a exemplo de Padilha (convencido por Paulo Honório, o herdeiro se endivida para “comprar maquinário” que nunca chega a adquirir de fato). Os negócios exigem cálculo e brutalidade – dos quais nem a própria mãe de criação escapa<sup>24</sup> –, como as primeiras economias exigiram resistência às

<sup>24</sup> “A velha Margarida mora aqui em São Bernardo, numa casinha limpa, e ninguém a incomoda. Custa-me dez mil-réis por semana, quantia suficiente para compensar o bocado que me deu” (*Idem, ibidem*, p. 11.) A lógica mercantil de Paulo Honório, cuja base é a iniquidade sob a aparente igualdade das somas, um “toma cá o que deu lá”, escamoteia mais uma vez a injustiça: enquanto a mulher pobre lhe deu pouco porque tinha pouco, criando-o com esforço, ele lhe dá pouco por ser “suficiente”.



humilhações e às brutalidades dos de cima. Nesse sentido, diga-se de passagem, a sorte do homem pobre em *São Bernardo* já não deve nada ao imaginário popular da malandragem.

Paulo Honório retoma práticas vigentes de acumulação primitiva para melhor integrar-se às formas de acumulação e poderio modernas, com que também opera. Esse espírito “arrojado”, na expressão cara aos desenvolvimentismos, parece adquirir um caráter emblemático no livro, dando forma, como já indicamos, à ideologia da livre concorrência em solo local, durante a modernização brasileira das primeiras décadas do século XX. Nesse sentido é curioso observar certa semelhança entre a “carreira” de Paulo Honório e a do empreendedor Delmiro Gouveia, citado por Gondim no artigo babão. Personagem histórico que viveu entre 1863 e 1917, começou como cobrador de trem na Brazilian Street Railways Company e se tornou um dos pioneiros da indústria no Brasil. Foi fazendeiro e fundou no início do século XX, num município de Alagoas que hoje leva seu nome, uma importante indústria de linhas de costura, a Cia. Agro Fabril Mercantil. Construiu a Vila Operária Padrão e, entre outras obras, a primeira hidrelétrica brasileira. Em acordos com o governo de Alagoas, obteve posse de terras devolutas, isenção de impostos para a futura fábrica, recursos públicos para ajudar na construção de estradas ligando o município de Pedra (hoje Delmiro Gouveia) a outras localidades. Foi *persona non grata* entre os coronéis locais, apontados como possíveis responsáveis por seu assassinio.<sup>25</sup> A despeito do duvidoso senso de medida do amigo Gondim, o personagem real parece primo mais velho do fictício, sobretudo quando se pensa no fato de serem homens pobres que lograram ascender socialmente. Se é certo que ambas as personagens, a real e a do romance, são de exceção, não há dúvida entretanto de que Graciliano dá forma a um novo senso de oportunidade que cresce no Brasil como construção ideológica de segundo grau, ligado às formas modernas do capitalismo. Representadas a partir da trajetória do homem do campo, e não no espaço urbano da indústria, as oportunidades aparecem sob o filtro de um certo descompasso característico do país em relação à ordem do dia, ou melhor, característico da posição que o país ocupa no quadro das nações. Além disso, fica claro que as oportunidades exigindo trapaça, acanalhamento, destruição do outro, apontam para o *descompasso da ideia mesma de ordem*, quando a universalização dos direitos não esteve nem perto de se efetivar. Nesse sentido, o melhor do livro, a meu ver, está em pôr a nu a monstruosidade necessária para “fazer a ocasião”. Na passagem entre o Brasil agroexportador e o Brasil industrial-oligopólico, como se sabe, não há exatamente quebra dos privilégios ou redistribuição social. Não é um acaso que os meios utilizados por Paulo Honório sejam sempre escusos, sem prejuízo de normalizados, inclusive nas esferas judiciais. (Vejam-se, mais uma vez, as ironias relativas aos que estudam direito enquanto ele lhes rouba as terras, ou aos pequenos crimes, assassinato incluso, que

<sup>25</sup> Para a trajetória social de Delmiro Gouveia, ver Telma de Barros Correia, “Delmiro Gouveia: a trajetória de um industrial no início do século XX”, in *Pedra: plano e cotidiano operário no sertão*, São Paulo, Papirus, 1998.

passam despercebidos, enquanto questões mais sérias – quais serão elas? – são resolvidas no fórum pelo advogado Nogueira.) A propósito, é curioso que a entrada de Paulo Honório no universo letrado se dê na prisão, quando paga por aquele primeiro crime, e que elas lhe sirvam adiante para a memória de um longo percurso de crimes. Não deve ser coincidência o fato de o criminoso pagar pena quando é pobre e usar as letras para desabafar os outros crimes, depois de rico.

Pensando nas formas sociais então vigentes, vale recordar que a ideologia nacionalista, ligada ao espírito empreendedor necessário ao país – a mesma que fez Delmiro Gouveia entrar para a história como homem “à frente do seu tempo” –, se generalizou na década de 1930. Naqueles anos, enquanto o Estado central forte organiza o mercado de trabalho, domesticando trabalhadores para servirem à indústria a custos baixos, a iniciativa privada passa a ter um novo papel, impulsionando novos negócios também no interior do país, ao passo que as alianças governamentais se dão prioritariamente com o setor industrial urbano. A nova ideologia, agora em proporção de massa, unirá nacionalismo e patriarcalismo (em versão populista) e fará, como sabido, avultar os “grandes” capitalistas, ao lado do “pai dos pobres”.<sup>26</sup> Em alguma medida, Graciliano parece responder ao Brasil do populismo com a figura do proprietário devorador.

Trata-se de uma prática social efetiva: a ascensão de Paulo Honório se dá, metodicamente, pela oportunidade que envolve sempre a destruição de um outro.<sup>27</sup> De sorte que seu projeto não é propriamente arrivista, no sentido de um projeto de ascensão social continuado (que tem em Julien Sorel o protótipo europeu, numa sociedade em que a burguesia nascente levou a efeito uma maior diferenciação na divisão do trabalho e alguma mobilidade social), mas algo como uma versão periférica da luta por posição social e econômica, em tudo e por tudo ainda

<sup>26</sup> Sobre a domesticação dos trabalhadores brasileiros, o populismo e a nova ideologia como “linha de massa”, basicamente o nacionalismo e o patriarcalismo, ver Luiz Felipe de Alencastro, “A pré-revolução de 30”, *Novos estudos – Cebrap*, São Paulo, n. 18, p. 17-21, setembro de 1987. Se não estou enganada, o autor sugere o elo entre a nova ideologia e a permanência (ou o revigoramento) das heranças escravocratas na nova República, ao identificar *Casa grande & senzala* como “obra seminal da ideologia patriarcalista que envolveu o Brasil após as grandes transformações demográficas e sociais dos anos 30” (*ibidem*, p. 21.)

<sup>27</sup> Destruindo, o proprietário pode até ser “bom” (se considerarmos o adjetivo na sua acepção brasileira): comprando a fazenda ao Padilha, bem abaixo do preço, depois de metê-lo na bancarrota; ajudando as filhas do Mendonça a viverem melhor sem o pai, depois de tê-lo matado etc. Depois da posição conquistada, para que não esqueçam quem manda, Paulo Honório continua destruindo e “protegendo” os seus. Quando se trata de alguém muito abaixo dele, contenta-se em humilhá-lo física e moralmente, como é o caso com Marciano, a quem suga o sangue, xinga de corno, chegando a “mandar-lhe o braço ao pé do ouvido”. Quando já foi peixe maior, Paulo Honório acrescenta à humilhação moral continuada – caso de Padilha, que volta à fazenda, como empregado – outros requintes de sadismo: “eu sentia prazer em humilhá-lo mostrando-lhe os melhoramentos que introduzia na propriedade” (Graciliano Ramos, *São Bernardo*, *op. cit.*, respectivamente, p. 108 e 60.) Na fantasia, enciumado, Paulo Honório também seria caridoso com Madalena, depois de destruí-la: “Era melhor abandoná-la, deixá-la sofrer. E quando ela tivesse viajado pelos hospitais, quando vagasse pelas ruas, faminta, esfrangalhada, com os ossos furando a pele, costuras de operações e marcas de ferida no corpo, dar-lhe uma esmola pelo amor de Deus” (*ibidem*, p. 108).

mais violenta do que sua matriz distante, a livre concorrência. No caso de Paulo Honório, e da sua perspectiva sobre a própria história, a luta encarniçada que começa entre os de baixo lembra os cachorros observados por Brás Cubas, brigando até a morte por um osso. Não creio ser exagerada a imagem se considerarmos seu modo de encarar a luta social como disputa acirrada e sem limites, em que o cálculo e o irracionalismo são os sucedâneos do discernimento. Mas depois de ascender e de trair sua classe de origem, reproduzindo os mecanismos de opressão social, Paulo Honório não será mais apenas aquele que empilhou ossos, e sim o lobo, de cuja fome, enigmaticamente, nem ele próprio escapará no final.

### Lirismo, dinheiro e melancolia

Numa cena que antecede o suicídio de Madalena, Paulo Honório passeia por suas terras, pôr do sol ao fundo, fruindo do que acumulou. Os cumes dos montes parecem cabeças de santos. A beleza plebeia da mulher de um empregado, com a qual ele às vezes se deita, contrabalança como o diabo gosta a ausência de Madalena: pernas molhadas, “remelexo de bunda”. Seus olhos também se comprazem ao ver as terras, os rebanhos, as plantações e as casas, onde vivem pessoas que o temem. Um *voyeur*. O enlevo poético põe de parte os desgostos que a professorinha lhe causa; o mundo é redondo e ele, depois de traçá-lo, faz parte de sua circunferência. Entre “eu” e outro se estabelece a continuidade lírica dos que possuem tudo à sua volta. Sem contradição com a violência exercida sobre todos, o lirismo é ali amigo do sentimento de propriedade.

A única aresta é Madalena – ou melhor, ela e as corujas, que não param de gritar, num crescendo até o final do livro. Mas as corujas, Marciano mata, tirando-as de “esconderijos cheios de treva”, e Madalena... Paulo Honório não deixa que a imagem dela – a essa hora escrevendo sua carta de despedida – estrague o gozo do instante, afinal, o sentimento do belo alça-o quinze metros acima do solo, em paz com Deus e com os homens:

Uma coruja gritava. E Marciano surgia de esconderijos cheios de treva, o pixaim branco de teias de aranha:

– Mais uma. É um corujão da peste, seu Paulo.

Eu fungava:

– Em que estará pensando aquela burra? Escrevendo. Que estupidez!

Rosa do Marciano atravessava o riacho. Erguia as saias até a cintura. Depois que passava o lugar mais fundo ia baixando as saias. Alcançava a margem, ficava um instante de pernas abertas, escorrendo água, e saía torcendo-se, com um remelexo de bunda que era mesmo uma tentação.

A distância arredondava e o sol dourava cocurutos de montes. Pareciam extraordinárias cabeças de santos.

– Se aquela mosca-morta prestasse e tivesse juízo, estaria aqui aproveitando esta catervagem de belezas.

Ali pelos cafus desci as escadas, bastante satisfeito. Apesar de ser indivíduo medianamente impressionável, convenci-me de que este mundo não é mau. Quinze metros acima do solo, experimentamos a sensação de ter crescido quinze metros. E quando, assim agigantados, vemos rebanhos numerosos a nossos pés, plantações estirando-se por terras largas, tudo nosso, e avistamos a fumaça que se eleva de casas nossas, onde vive gente que nos teme, respeitada e talvez até

nos ame, porque depende de nós, uma grande serenidade nos envolve. Sentimo-nos bons, sentimo-nos fortes. E se há ali perto inimigos morrendo, sejam embora inimigos de pouca monta que um moleque devasta a cacete, a convicção que temos da nossa fortaleza torna-se estável e aumenta. Diante disto, uma boneca traçando linhas invisíveis num papel apenas visível merece pequena consideração. Desci, pois, as escadas em paz com Deus e com os homens, e esperava que aqueles pios infames me deixassem enfim tranqüilo.<sup>28</sup>

O mundo não é mau, a propriedade, uma fortaleza abençoada, o dono, um gigante, que pode até ser bom com os que dependem dele, e que são seus braços direitos na hora de devastar a cacete inimigos de pouca monta. Apesar de Madalena, de quem as ideias democráticas e o jeito próximo com os empregados dão prova de galinhagem, o brilho do ouro é sereno. O enlevo do poder recalca os dilemas que começam a se esboçar, pontuados pelos pios infames. Um pouco adiante, porém, Madalena se suicida; a insubmissão – que as metáforas passivas, “mosca-morta”, “boneca”, não logravam pacificar – ganha proporções inesperadas, e embora ela não seja propriamente comunista, como Paulo Honório a imagina, seu gesto final vira do avesso o mundo do proprietário. A mocinha de origem humilde que buscava um mínimo de bons tratos e direitos para os trabalhadores da fazenda, defendendo-os da voracidade do marido, agora tem a coragem de adiantar-se a ele, pondo fim à própria vida. A partir de então o retorno do recalcado será definitivo. Até as corujas, ressoando pios “daquele tempo”, serão fantasmas, que já não adianta mandar matar.<sup>29</sup> A poesia do poder dá lugar à poesia da decadência do proprietário:

... ouvi um grito de coruja e sobressaltei-me.

[...]

De repente voltou-me a ideia de construir o livro. [...]

Desde então procuro descascar fatos, aqui sentado à mesa da sala de jantar, fumando cachimbo e bebendo café, à hora em que os grilos cantam e a folhagem das laranjeiras se tingem de preto.

[...] Tentei debalde canalizar para termo razoável esta prosa que se derrama como a chuva da serra, e o que me apareceu foi um grande desgosto. Desgosto e vaga compreensão de muitas coisas que sinto.

<sup>28</sup> Graciliano Ramos, *São Bernardo*, *op. cit.*, p. 158-159.

<sup>29</sup> No presente da enunciação, Madalena, os empregados de outrora, as corujas, são todos fantasmas: “O tique-taque do relógio diminui, os grilos começam a cantar. E Madalena surge no lado de lá da mesa. Digo baixinho: / – Madalena! / A voz dela me chega aos ouvidos. Não, não é aos ouvidos. Também não a vejo com os olhos. / [...] A voz dela continua a acariciar-me. Que diz ela? Pede-me naturalmente que mande algum dinheiro a mestre Caetano. Isso me irrita, mas a irritação é inteiramente diferente das outras, é uma irritação antiga, que me deixa inteiramente calmo. Loucura estar uma pessoa ao mesmo tempo zangada e tranqüila. Mas estou assim. Irritado contra quem? Contra mestre Caetano. Não obstante ele ter morrido, acho bom que vá trabalhar. Mandrião! / [...] Uma coruja pia na torre da igreja. Terá realmente piado a coruja? Será a mesma que piava há dois anos? Talvez seja o mesmo pio daquele tempo” (*ibidem*, p. 105.) “Eu desejava assistir à extinção daquelas aves amaldiçoadas” (*idem, ibidem*, p. 157).

[...] Cinquenta anos perdidos, cinquenta anos gastos sem objetivo, a maltratar-me e a maltratar os outros. O resultado é que endureci, calejei, e não é um arranhão que penetra esta casca espessa e vem ferir cá dentro a sensibilidade embotada.

[...]

Está visto que, cessando esta crise, a propriedade se poderia reconstituir e voltar a ser o que era. A gente do eito se esfalfaria de sol a sol, alimentada com farinha de mandioca e barbatanas de bacalhau; caminhões rodariam novamente, conduzindo mercadorias para a estrada de ferro; a fazenda se encheria outra vez de movimento e rumor.

Mas para quê? Para quê? não me dirão?<sup>30</sup>

Ponho a vela no castiçal, risco um fósforo e acendo-a. Sinto um arrepio. A lembrança de Madalena persegue-me. Diligencio afastá-la e caminho em redor da mesa. Aperto as mãos de tal forma que me firo com as unhas, e quando caio em mim estou mordendo os beiços a ponto de tirar sangue.

De longe em longe sento-me fatigado e escrevo uma linha. Digo em voz baixa:

– Estraguei a minha vida, estraguei-a estupidamente.

A agitação diminui.

– Estraguei a minha vida estupidamente.

Penso em Madalena com insistência. Se fosse possível recomeçarmos... Para que enganar-me? Se fosse possível recomeçarmos, aconteceria exatamente o que aconteceu. Não consigo modificar-me, é o que mais me aflige.<sup>31</sup>

Em alguma medida, sendo o foco atual do narrador, essa poesia da decadência retroage sobre os acontecimentos narrados. Qual o seu sentido na forma objetiva do romance?

A passagem de um a outro modo de lirismo indica a passagem do proprietário cínico no melancólico, se for possível entender ambos os termos como atributos de um sujeito reificado cujo resíduo de *desumanidade* permite ainda tomar alguma distância de si mesmo. Quer dizer, a melancolia conformista de Paulo Honório secreta, *post factum*, as culpas daquele que perdeu o poder, e que sabe que faria tudo de novo; no entanto, ela não deixa de ser resultado da escrita que lhe traz alguma autoconsciência, quando a reflexão já não altera nada na prática, exceto pela desistência de tentar retomar os negócios (Madalena morreu, quase todos deixaram a fazenda e ele cruza os braços depois de perder capital em decorrência da crise de 1929). Como voz do dono o narrador ainda aqui é não confiável,<sup>32</sup> mas

<sup>30</sup> *Idem, ibidem*, p. 183-185.

<sup>31</sup> *Idem, ibidem*, p. 188.

<sup>32</sup> Dizê-lo, todavia, não é senão o início do problema crítico, que pede especificação caso a caso, como já demonstrou Roberto Schwarz na obra machadiana. A aproximação entre romances de Machado de Assis e de Graciliano Ramos, quando sugerida pela crítica brasileira, viu no autoritarismo de Paulo Honório e no pacto retórico que ele estabelece com o leitor as marcas de um narrador não-confiável. Viu-se ainda, no romance, a presença de um modo irônico de composição, sem que se discutisse a especificidade e a função da estratégia autoral. Cf. Valentim Facioli, “Dettera: ilusão e verdade – sobre a (im)propriedade em alguns narradores de Graciliano Ramos”, *Revista do IEB*, São Paulo, n. 35, p. 43-68, 1993. Ressalte-se que Facioli vê proximidade entre *D. Casmurro* e *Angústia* e não entre *D. Casmurro* e *São Bernardo*. Vale notar que a publicação dos impubescíveis, por parte de Paulo Honório – sem deixar de dar continuidade simbólica, por meio da escrita, ao

o avesso da sua fala não é a incriminação da companheira, e sim o fundo sem fundo de um “eu” espectral – a subjetividade sem substância, dominada pelas fantasmagorias do dinheiro –, pronto a acusar a si mesmo e ao mundo (como refere noutros trechos, “o explorador feroz em que me transformei”, o trabalho que embrutece os homens, a ambição que subtrai aos pobres a alegria dos tolos etc.). A incessante conversão desse “eu” – o trabalhador do eito, o caixeiro-viajante do sertão, o agiota, o proprietário, o ladrão, o assassino, o empreendedor, o decadente, o escritor –, que nunca esteve inteiramente sob seu domínio, embora jamais se reduzisse a um ledor engano, encontra parada na metamorfose derradeira, o lobisomen,<sup>33</sup> *regida pelo irracionalismo que toma o lugar do cálculo*. (Permanecendo entretanto a pergunta sobre o sentido de uma subjetividade-coisa que se vê, reconhecendo-se, numa imagem anacrônica, a de um lobisomen.)

Sou um aleijado. Devo ter um coração miúdo, lacunas no cérebro, nervos diferentes dos nervos dos outros homens. E um nariz enorme, uma boca enorme, dedos enormes. [...] Julgo que delirei e sonhei com atoleiros, rios cheios e uma figura de lobisomen.<sup>34</sup>

A coruja grita, trazendo para o presente do narrador uma *sombra* de razão, confundida ao mau agouro que já se consumou. Os negócios foram para o brejo, a mulher suicidou-se, pondo fim à dimensão totalizante da posse do fazendeiro sobre pessoas e coisas. Nas cenas que retornam, a imagem de Madalena lutando contra o obscurantismo do marido se sobrepõe aos pios da coruja. Por outra, uma razão indissociável do mito, da crença supersticiosa e do sentimento do trágico associado a um destino visto como irrevogável. Esse *esclarecimento às avessas* traz entretanto um resíduo de verdade: a figuração de um eu-monstro. A autoimagem, *também ela advinda do mito e não da história*, é sintoma da impossibilidade de compreender realmente a própria violência. Os fantasmas, incluso ele próprio, vão ao enalço do fazendeiro. Enquanto o mato cresce na propriedade.

A partir do suicídio da mulher e da evasão da maior parte dos empregados, de D. Glória e por fim dos amigos, que já não vêm discutir política, Paulo Honório perde o ânimo para os negócios. Os motivos da decadência são descritos ao longo do capítulo 35: vários fregueses quebraram; a avicultura, a horticultura, a pomicultura “desapareceram”, não vale a pena vender produtos a preços baixos; as fábricas de tecido passaram a comprar fiado o algodão; é necessário investir em novas máquinas, mas o dólar está alto e no fim das contas seria obrigado a entregar de mão beijada a mercadoria aos velhacos; os bancos fecharam-lhe as portas. As

poder de outrora – não tem o mesmo sentido do cinismo dos narradores machadianos, uma vez que o livro de Paulo Honório será publicado sob pseudônimo. A imagem para a posteridade não se refaz pela escrita. Para reflexões acerca do cinismo, ver Peter Sloterdijk, *Critique de la raison cynique*, Paris, Christian Bourgois, 1987.

<sup>33</sup> Sobre as metamorfoses ou a movência contínua de personagens centrais da literatura brasileira e o sentido da conjunção entre capital e escravidão no Brasil, modelador de *toda* subjetividade, nas diversas classes sociais, ver José Antônio Pasta, “Volubilidade e ideia fixa (o outro no romance brasileiro)”, *Sinal de Menos*, São Paulo, ano 2, n. 4, p. 13-25, 2010.

<sup>34</sup> Graciliano Ramos, *São Bernardo*, *op. cit.*, p. 190-191.

dificuldades ganharam vulto e parecem maiores do que quando principiou do nada. Pela primeira vez, ele dá de ombros: “Trabalhar para formiga! É cruzar os braços. E cruzei os braços”.<sup>35</sup> A derrocada econômica, que remete às determinações implacáveis do mercado em 1929 (o proprietário escreve o livro depois de outubro de 1930, como está dito na página de abertura, quando a seus olhos também se dá um malogro político), coincide com a derrota no âmbito mais pessoal. Digamos que na narrativa dele a perda do poder pessoal, de que se ressentia o coração do dono, recalca a perda político-econômica e vice-versa, ao passo que os fantasmas e os gritos da coruja trazem ambas de volta, à tona.

Paulo Honório já não tem o espelho dos pobres e ver-se, sozinho, é insuportável.<sup>36</sup> A regressão em curso, segundo ele, no plano econômico e político faz o empreendedor retirar-se da cena. Mas a regressão que o romance nos apresenta é outra. Sem quase ninguém por perto, a verdade da sua fortaleza é um pesadelo até mesmo para ele. *O mundo reificado agora se revela “sobre-natural”,* pois a alma que havia nas coisas – vide os morros da propriedade lembrando cabeças de santos – não resiste à ausência do capital, que enfeitiçava o que não tem alma, e à ausência das pessoas, transformadas por ele em mercadorias. A narrativa dá então um giro. Paulo Honório perde o ânimo quando já não pode ser *sobre* os de baixo, quando não há muitos contra quem exercer a violência que o constitui.<sup>37</sup> *A subjetividade assentada no constrangimento de outros ao seu domínio traduz-se retrospectivamente na figura de um lobisomem.* O autorretrato que resta não é inteiramente o de um homem, e a narrativa assume como ponto de fuga a autodestruição.

De que modo devemos interpretar essa convergência de melancolia e débil consciência no fim do romance, quando temos diante de nós o proprietário prostrado, sem capacidade de arrependimento ou ânimo de consertar o que os caminhos escolhidos fizeram dele, mas enxergando pela primeira vez a própria figura monstruosa? E no escuro da sala, enquanto o mato cresce na propriedade, braços cruzados? “Se Madalena me via assim, com certeza me achava extraordinariamente feio./ Fecho os olhos, agito a cabeça para repelir a visão que me exhibe essas deformidades monstruosas./ A vela está quase a extinguir-se./ [...] E eu vou ficar aqui, às escuras...”<sup>38</sup>

<sup>35</sup> *Idem, ibidem*, p. 182.

<sup>36</sup> Neste ponto, a narrativa parece próxima do conto “O espelho”, de Machado de Assis. Paulo Honório, contudo, já não tem forças para retomar o cínico aprendizado social, como faz o personagem Jacobina. Uma vez que o conto machadiano fala sobre a escravidão, vale observar a continuidade das nossas heranças sociais: também a subjetividade de Paulo Honório depende da violência sobre um mais fraco para existir.

<sup>37</sup> Nesse sentido seu Ribeiro não é apenas o oposto de Paulo Honório, mas um duplo, que traz para fora, em imagem, a possibilidade de idealização do atraso. Representante de um “outro tempo” – antes mandão local, seu Ribeiro mudou-se para a cidade quando a modernização transformou seu povoado, conheceu enfermarias de indigentes, dormiu em bancos de jardins, vendeu bilhetes de loterias, tornou-se bicheiro e agente de sociedades ratoeiras –, “deixou as pernas debaixo de um automóvel”, porque não soube “andar mais depressa” (Graciliano Ramos, *São Bernardo*, *op.cit.*, p. 37.) Paulo Honório o reencontra na redação da *Gazeta*, velho, magro, amarelo, “chupando uma barata”.

<sup>38</sup> *Idem, ibidem*, p. 190-191.



O que significa essa “vontade mais pura/de anular a criatura”, à tona no presente da enunciação de Paulo Honório, depois que ele levou a cabo a destruição de Madalena? Ou, como entender essa subjetividade híbrida que emerge, meio homem, meio lobo, assombrada pelo pio da coruja? Nos termos propostos por Antonio Candido, o que significa esse segundo movimento da violência de Paulo Honório, em que a vontade (que constrói destruindo) cede ao desejo de dissolução?

É certo que a representação de núcleos autodestrutivos como forma de desaparecimento de uma subjetividade historicamente mal constituída ocupa um lugar de relevo na literatura brasileira do século XX, com sentidos específicos. Que ela fosse um traço central da subjetividade do poeta de classe média, quase uma revanche contra a brutalidade das diferenças estabelecidas socialmente, das quais é preciso tomar distância – se preciso destruindo-se para eliminar em si mesmo o burguês –, é mais inteligível do que seu aceno final ao empreendedor capitalista, saído da pobreza.<sup>39</sup>

Do ponto de vista do capital, Paulo Honório é vencedor até o momento em que passa a sentir ciúmes de Madalena – quando o caráter mercantil da posse,<sup>40</sup> reprodução infinita do mesmo, se volta também contra aquele que possui – ou, de modo definitivo, até o momento do suicídio da mulher, cujo sentido simbólico é a ruína do poder do marido. Madalena destrói a si mesma, tomando assim o lugar do opressor. Nesse sentido, o suicídio vence a propriedade e o proprietário.

Paulo Honório perde o prumo e, banhado a melancolia, num último lance da ideologia arraigada no fazendeiro decadente, chega a idealizar a pobreza. (“Se houvesse continuado a arear o tacho de cobre da velha Margarida, eu e ela teríamos uma existência quieta. Falaríamos pouco, pensaríamos pouco, e à noite, na esteira, depois do café com rapadura, rezaríamos rezas africanas, na graça de Deus. [...] e cantaria por estes caminhos, alegre como um desgraçado.”<sup>41</sup>) No âmbito da personagem, o romance parece projetar a ideia de que num cenário de crise aquele que ascendeu socialmente pudesse ver, com repúdio, o embrutecimento como a verdadeira face do capitalismo. Seja como for, uma estranha consciência, em que a reificação aparece como motor da história e a “humanização” como marca do atraso. (Vide também o trecho em que idealiza o mando à antiga de seo Ribeiro, “no tempo da monarquia”, quando a casa grande não deixava ninguém passar fome.<sup>42</sup>) Pensando-se todavia no ponto de vista do autor, em termos de representação

<sup>39</sup> Ver o núcleo autodestrutivo da poesia de Drummond, especialmente em *A rosa do povo*, com sentido explicitamente político, e a partir de *Novos poemas*, quando ganha corpo a tensão mais acirrada entre constituição da subjetividade e autodestruição.

<sup>40</sup> Tal caráter mercantil é explícito desde a conversa entre Paulo Honório e D. Glória sobre os esponsais, quando um manual de zootecnia serve de cartilha para o noivo (cf. Graciliano Ramos, *op. cit.*, p. 87). Veja-se também o pedido de casamento, “um negócio supimpa”, às p. 88 e 89. A partir do capítulo 25, o fazendeiro é tomado pelo ciúme, que se confunde – um ganho formal – com a ideia de que Madalena pratica ideias comunistas em suas terras (a possível autonomia da mulher, por ele vista como mercadoria, leva ao temor de perder outras posses – o feitiço destas pode se voltar contra o feitiço).

<sup>41</sup> Graciliano Ramos, *São Bernardo*, *op. cit.*, p. 186-187.

<sup>42</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 187.

do processo social brasileiro não seria esse reconhecimento da própria culpa, bem como o reconhecimento da monstruosidade, o opressor que encontra por fim a si mesmo como alvo necessário da própria violência, e cruza os braços – não seria este recuo o inverossímil do livro de Graciliano, sem paralelo na história?

O *recuo da passagem ao ato* “destrói construindo”. A humanização do proprietário – admitindo suas culpas e debitando-as na conta das condições históricas imanentes em que ele se “formou” – conflui para a imagem do monstro no espelho. Sem a violência exercida outrora, *Paulo Honório se humaniza “para trás”*. A consciência é regressiva em toda linha: o aspecto sobre-natural do mando e do mundo regido pelo dinheiro revela-se nos pios sobrenaturais e no fantasma do licantropo.

Quer dizer, sem prejuízo do inverossímil – o opressor que se reconhece como tal e flerta com a autodestruição –, matizado, porém, pela melancolia que *acomoda* quase tudo (exceto os fantasmas), o romance de Graciliano acerta na análise da subjetividade do lobisomem quando propõe a inversão dos termos: *sem o exercício da violência sobre os outros* o sujeito se vê finalmente como menos do que homem. A premissa não é inédita ou simplesmente desconcertante, se pensarmos em seu teor de verdade socialmente fundada. No desenvolvimento específico que tem no livro, a *suposta autonomia* daquele que venceu as dificuldades do meio inverte os pontos do iluminismo e se projeta num horizonte democrático moderno-conservador cujo fundo simbólico não é o da cidadania liberal burguesa europeia, e sim o das heranças liberais escravocratas brasileiras. (Talvez não seja demais enfatizar a força dessas heranças na configuração das personagens, como é o caso mesmo na mais progressista delas, Madalena, cuja saída final para o desejo de autonomia obstado severamente pelo marido-proprietário é nada menos do que o suicídio; assim como no percurso do próprio Paulo Honório, que experimenta os dois lados da moeda, vendendo sua força de trabalho no eito em condições semisservis, e depois gozando, com a liberdade ilimitada dos de cima, dos prazeres da mercadoria, inclusa a posse sobre o corpo alheio, como patrão e como amante, quase indistintamente. Note-se a brutalidade presente na própria reversão dos pólos, uma vez que Paulo Honório reproduz as violências de classe *depois* de sofrê-las na própria pele.) A partir desse fundo em que o sujeito ganha contornos, o romance apresenta a formação específica da subjetividade burguesa de Paulo Honório (ou será melhor dizer “uma deformação específica”?), em que ressalta o trajeto de ascensão à brasileira, no sentido das mais cruas potencialidades moderno-patriarcalistas (agarradas com unhas e dentes pelo trabalhador pobre lá do início de sua trajetória). Afinal, as oportunidades, que ele soube aproveitar e a partir das quais impôs violentamente aos outros um “eu” não compuseram um homem, como até ele é capaz de ver. O que resta é nada,<sup>43</sup> ou menos que nada, assombração – o empreendedor em dia com a modernização conservadora retrocede no espelho a lobisomem. O esclarecimento às avessas, alegorizado no fantasma da coruja e na autoimagem mítico-supersticiosa, traz à cena um simulacro de consciência histórica.

<sup>43</sup> Cf. Roberto Schwarz, “Questões de forma”, in *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*, *op. cit.*, p. 161–203 (especialmente, p. 191 ss.).

A reflexão, cada vez mais indiscernível do temor, à medida que nos aproximamos do final do livro, igualmente não compõe um homem. Vale notar que, no caso, o conteúdo simbólico da constituição desse sujeito burguês (via aprendizado da impunidade, leitura de manuais, prática de escrituração mercantil), tem desde o início sentido instrumental – pressuposto, sugerido pelo narrador, do seu êxito na sociedade – o qual já aponta para a fantasmagoria. Quer dizer, o ideário da subjetividade burguesa fica desnudado – o que não significa que o sentido histórico das ambições burguesas perca o chão, antes pelo contrário: vindo das classes baixas, Paulo Honório apreende sem dubiedades o papel da violência na conquista de um lugar ao sol. Sua “luta histórica”, individualista de cabo a rabo, resume-se ao acúmulo de capital e ao exercício do domínio direto sobre o outro, respectivamente a base efetiva e o fundamento subjetivo sem os quais ele não existe. Nesse sentido do esvaziamento do sujeito, e no sentido da narrativa, “sob mau agouro”, como sucedâneo da consciência gozosa, a configuração do monstro coloca sob evidente suspeita o significado da virada “humanista” do proprietário nas páginas finais. O que significa, quando a coruja alça vôo, o reconhecimento da própria perversão? A pergunta não parece ultrapassada muito menos superada hoje, quando ficou claro que, na sociedade brasileira, tão violenta quanto conciliadora, o humanismo das elites e o ideal de uma verdadeira transformação social não são esforços que caminham juntos.